

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento Nº _____ /2011

(Do Sr. Luiz Couto)

Requer que esta Comissão convide o Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Ministro da Justiça, para comparecer em Audiência Pública desta Comissão, a fim de debatermos acerca das Propostas e Ações deste Ministério, referentes especificamente sobre o Sistema de Segurança Pública Nacional, o combate ao crime organizado e o Sistema Penitenciário Brasileiro.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Artigo 32, Inciso VIII, combinado com os Artigos 24, Inciso VII e 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado a comparecer em Audiência Pública desta Comissão, a se realizar em data a ser agendada, o senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Ministro da Justiça, com a finalidade de debatermos acerca das Propostas e Ações deste Ministério, referentes especificamente ao Sistema de Segurança Pública Nacional, o combate ao crime organizado e o Sistema Penitenciário Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A violência em nossos dias se constitui de forma generalizada e de diversas formas. A situação atual do País, decorrente de vários anos do crescimento acentuado da violência em todas suas ramificações, se tornou um quadro extremamente difícil de se conter. Políticas e mais políticas foram implementadas na área da segurança pública pelo Governo Federal, com o intuito de amenizar ou combater essa desenfreada violência.

A violência institucional, essa sim, praticada muitas vezes por policiais militares, civis, agentes e quaisquer pessoa vinculada ao aparato

estatal, muitas vezes sobre o manto da tortura, destrói famílias e mais famílias da sociedade brasileira.

O Sistema Penitenciário brasileiro urge de algumas reformas. Intervenções federais vêm acontecendo em vários Presídios e Penitenciárias do Brasil, rebeliões, muitas delas cometidas por agentes penitenciários, a questão da superlotação em que na maioria dos Presídios foi constatado que a população carcerária é superior a estrutura que o Presídio possa comportar. A ausência de oferta de trabalho e estudo para a população carcerária e muitos outros problemas decorrentes da falta de políticas voltadas para essas áreas.

Nesse sentido, para tomarmos conhecimento de toda política que irá ser implementada pelas ações do Ministério da Justiça nessas áreas, necessário se faz a honrosa presença do Ministro da Justiça nessa Comissão.

Assim sendo, esperamos aprovação por nossos pares.

Sala da Comissão, 15 de março de 2011

Luiz Albuquerque Couto

Deputado Federal PT/PB